



DA CARIDADE À SOLIDARIEDADE:

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS
PARTICULARES NO MUNDO IBÉRICO

JOSÉ VIRIATO CAPELA
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO
ALEXANDRA ESTEVES
SANDRA CASTRO
(ORGANIZAÇÃO)

Da Caridade à Solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico

Organizadores:

José Viriato Capela

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

Sandra Castro

DA CARIDADE À SOLIDARIEDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PARTICULARES NO MUNDO IBÉRICO

Organizadores

José Viriato Capela
Maria Marta Lobo de Araújo
Alexandra Esteves
Sandra Castro

Editor

Universidade do Minho. Laboratório de Paisagens, Património e Território - Lab2PT

Design Editorial, Conceção Gráfica e Produção

TWOFOLD – Design Studio e Formação Unipessoal Limitada
Rua de S. Domingos, 110, Braga – Portugal
<http://twofold.pt>

Gráfica do Diário do Minho

ISBN **978-989-99484-7-1**

Depósito Legal

418074/16

Braga, Novembro 2006

Filiação

Lab2PT, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho,
Azurém, 4800-058 Guimarães

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCl-01-0145-FEDER-007528.

Filiation

Lab2PT, School of Architecture, University of Minho,
Azurém, 4800-058 Guimarães, Portugal

ACKNOWLEDGMENTS

This work has the financial support of the Project Lab2PT- Landscapes Laboratory, Heritage and Territory - AUR / 04509 and FCT through national funds and where applicable of the ERDF co-financing under the new PT2020 partnership agreements and COMPETE 2020 - POCl- 01-0145-FEDER-007528.

Colaboração:



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DO MINHO

APOIO



universidade do minho

A Misericórdia de Monção e a guerra da Restauração: a destruição e a vontade de engrandecer

Maria Marta Lobo de Araújo

Universidade do Minho/Lab2PT.

INTRODUÇÃO

As Misericórdias do Alto Minho existentes na Idade Moderna nasceram, muito provavelmente, todas em quinhentos, facto demonstrativo do investimento desta região na implantação das novas confrarias. Esta circunstância atesta também os núcleos urbanos aí existentes, na medida em que estas instituições são preferencialmente urbanas¹. Dando sequência ao movimento de reforma dos hospitais, começado em quatrocentos, a Coroa portuguesa, pela mão de D. Leonor, mas com o apoio do monarca D. Manuel I, deu mais um importante passo na alteração do sistema assistencial português e criou as Misericórdias, com o nascimento da Santa Casa de Lisboa, em 1498. A partir dessa data, e com o apoio da Casa Real, estas instituições estenderam-se pelas várias regiões portuguesas, da Metrópole e do Império.

Conhecer as datas do surgimento das Misericórdias alto minhotas não é tarefa fácil, pois com exceção da de Viana da Foz do Lima, que preserva fontes para o seu início, todas as restantes não contêm documentação para os começos. Também os arquivos centrais não possuem essa informação para o momento fundacional ou para os primeiros tempos de vida, e, não raras vezes, a que preservam refere-se apenas ao envio do compromisso da Misericórdia de Lisboa ou deste e dos privilégios da mesma instituição.

¹ Consulte-se Abreu, Laurinda, "Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI-XVII)", in *Ler História*, 44, 2003, p. 9.

Quadro 1 - Misericórdias do Alto Minho no Período Moderno

Misericórdias	Data de fundação	Fonte
Caminha	1516 (1)	Pinto, Sara, <i>Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 1516-2016</i> , Caminha, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 2016, p. 5.
Viana da Foz do Lima	1521 (2)	Magalhães, António, <i>Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (século XVI-XVIII)</i> , Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, p. 65.
Ponte de Lima	1530 (3)	Araújo, Maria Marta Lobo de, <i>Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)</i> , Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 369.
Melgaço	1531 (4)	Paiva, José Pedro (coord. Científico), <i>Portugaliae Monumenta Misericordiarum</i> , vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, p. 279.
Valadares	1535 (5)	Paiva, José Pedro (coord. Científico), <i>Portugaliae Monumenta Misericordiarum</i> , vol. 4..., 2005, p. 292.
Monção	1552 (4)	Araújo, Maria Marta Lobo de, <i>A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)</i> , Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.
Valença	1560 (4)	Paiva, José Pedro (coord. Científico), <i>Portugaliae Monumenta Misericordiarum</i> , vol. 4 ..., p. 289.
Ponte da Barca	1583 (6)	Pereira, Maria das Dores Sousa, <i>Entre ricos e pobres: a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)</i> , Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 18.
Arcos de Valdevez	1595 (6)	Ramos, Odete, <i>A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)</i> , Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015, pp. 89-90.
Vila Nova de Cerveira	1595/ 1605 (7)	Paiva, José Pedro (coord. Científico), <i>Portugaliae Monumenta Misericordiarum</i> , vol. 4..., p. 292.

(1) Referência a uma memória onde se aponta esta data.

(2) Data do envio do compromisso da Misericórdia de Lisboa.

(3) Data do envio do compromisso e dos privilégios da Misericórdia de Lisboa.

(4) Data em que lhes é anexado o hospital de São Gião da localidade.

(5) Costa Goodolphim aponta esta data, mas não existe documento que o comprove.

(6) Documento mais antigo encontrado.

(7) Data do segundo caderno de contas que incluía 10 anos.

Em Monção, a data da criação da Santa Casa não é clara. A falta de fontes para a primeira metade do século XVI e as vicissitudes conhecidas pelo seu arquivo não permitiram até ao momento datar a sua edificação. Sabe-se, no entanto, que estaria em funcionamento em 1560, quando lhe é anexada a gafaria de São Gião².

MONÇÃO E O CONFLITO RESTAURACIONISTA

A história da Santa Casa local está na Idade Moderna intimamente associada à guerra da Restauração e à história nacional. Como terra de fronteira, Monção tem a sua história marcada pelos conflitos bélicos nacionais que tiveram incidência no Noroeste português e muito particularmente nesta faixa terrestre que liga Portugal a Espanha, pelo rio Minho.

Os sinais deixados por este conflito são vários e ainda hoje é possível conhecer uma muralha que denuncia as preocupações defensivas do Estado português com a localidade. Afinal, só o rio Minho a separa da Galiza, tal como acontece com Valença.

Foi esta circunstância que ditou a ocupação de Monção entre 1659 e 1668, no contexto da guerra da Restauração. Apesar do esforço empreendido pelos soldados nacionais que defendiam esta praça, foi impossível resistir à força e ao número do exército espanhol. Monção opôs-se ainda a um cerco que se estendeu entre outubro de 1658 e fevereiro de 1659, quando o Marquês de Viana propôs a capitulação aos defensores da praça³. A análise da evolução do conflito em Monção deve ser feita em estreita conexão com o que se passava no resto do reino, particularmente com o desenrolar do conflito no Alentejo. A vila minhota conheceu apenas um período pequeno de liberdade (1640-1659), embora também ele assinalado pelas campanhas militares da guerra. Durante esses anos, e após várias incursões do exército castelhano, a Câmara local obteve do rei um alvará, em 1644, para os seus moradores poderem gozar dos privilégios que os anteriores monarcas lhe tinham concedido. D. João IV desejava fazer-lhe mercês pelos "serviços prestados na defesa do reino com as suas pessoas, vidas e bens"⁴.

Já no ano anterior, o Município tinha solicitado ao monarca que a terça fosse deixada na localidade para a construção da muralha, uma vez que os muros existentes estavam derrubados e danificados e precisava de os consertar para melhor defesa. O pedido foi concedido e as obras feitas, sob a direção do capitão geral da fronteira de Monção e com a assistência dos oficiais camarários, como o rei ordenara⁵.

A formação do exército foi uma preocupação imediata à Restauração. O recrutamento dos soldados e a sua manutenção nos terços e companhias nas fronteiras constituiu a primeira tarefa, tanto mais que faltavam os meios e os exércitos levantados desmantelavam-se com facilidade em virtude da fuga dos soldados⁶. Estes desertores passavam-se, por vezes, para o outro lado do exército e transformam-se em informadores do corpo em que militavam⁷. O desgaste a que os militares chegavam, a má alimentação, as condições dos combates e, por vezes, a doença e a falta de pagamento eram motivos para desertar⁸.

² Sobre esta instituição leia-se Neto, Maria Odete Ramos, *O património da gafaria de São Gião de Monção séculos XV-XVI*, Porto, Universidade do Porto, 2002, dis. de Mestrado policopiada.

³ Veja-se Gomes, José Garção, "Para a pequena História de Monção", in *Arquivos do Alto Minho*, XXVII vol., VII da 3ª série, tomo único, 1982, pp. 76-77.

⁴ Torre do Tombo (doravante TT), *Cancelaria de D. João IV*, livro, nº16, fl. 352.

⁵ TT, *Cancelaria de D. João IV*, livro, nº16, fl. 351.

⁶ Sobre este assunto consulte-se Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 28.

⁷ A passagem de notícias entre exércitos era uma das estratégias que servia para enfraquecer o inimigo. Leia-se Cortés Córtes, Fernando, *Espionagem e contra-espionagem numa guerra peninsular 1640-1648*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 33.

⁸ Consulte-se Rodríguez Hernández, Antonio José, *Los tambores de Marte. El reclutamiento em Castilla durante la segunda mitad del siglo XVII (1648-1700)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2011, pp. 76-85; Contreras Gay, José, "Las milicias en el Antiguo Régimen. Modelos, características generales y significado histórico", in *Chronica Nova*, 20, 1992.

As incursões castelhanas obrigaram a maiores cuidados defensivos e à permanência de contingentes militares reforçados. A presença de soldados provocava sentimentos contraditórios nas populações locais: os monçanenses reconheciam a sua necessidade e utilidade, mas queixavam-se dos estragos que os mesmos provocavam e dos pesados tributos que eram obrigados a pagar para a sua manutenção. Por outro lado, eram conhecidos os malefícios causados pelos soldados em termos de saúde pública. Não apenas destruíam as colheitas, mas saqueavam por onde passavam e transformavam-se em agentes propagadores de doenças. A movimentação de tropas contribuía para uma maior incidência de doenças, requerendo muita atenção em termos de saúde pública. Os governantes conheciam bem estes efeitos e procuravam minorá-los⁹. Por isso, Filipe IV, rei de Espanha, reconheceu em março de 1659 a situação em que se encontravam os moradores, “com casas mal tratadas e as fazendas dos campos aruinadas com assistência que nelles teve a gente da guerra” e aliviou-os, conjuntamente com os habitantes de Valadares, do pagamento de tributos durante dois anos. Este benefício procurava compensá-los dos estragos que “a guerra lhes ouver causado”¹⁰.

Apesar da benesse, no ano seguinte, os moradores de Monção queixaram-se à Câmara dos estragos provocados pelos soldados nas suas hortas. Eram os efeitos de um quotidiano de guerra, que mexia com a vida das pessoas. A presença do Exército implicava outros custos: contribuir com palha para a cavalaria, lenha para a guarnição e, muitas vezes, alojar soldados em casa, facultando-lhes roupas de cama e outros equipamentos. Em 1660, o paço Municipal estava “derrotado”, como consequência das lutas travadas no ano anterior. Porém, como era necessário alojar militares, o marquês de Viana, capitão geral da Galiza, ordenou o alojamento da cavalaria no termo da vila, facto que desagradou a toda a população. A Câmara procurou resolver a situação garantindo a palha necessária para a alimentação dos cavalos, em troca do alojamento dos militares¹¹.

Os efeitos da guerra eram muitos e tinham agravado as condições de vida dos moradores, que se viam impossibilitados de efetuar os pagamentos a que estavam obrigados. Essa incapacidade tinha consequências nas receitas das instituições locais, particularmente na Câmara¹².

Os encargos com a presença do Exército não paravam e recaíam sobre uma população já empobrecida. Em 1665, a Câmara voltou a aprovar o pagamento de impostos para a manutenção do Exército¹³, esclarecendo-se que os cavalos, bem como “outra cousa alguma que se aja de pagar a sua magestade em qualquer freguesia se repartira por todo o povo”. A lista das contribuições por freguesia demonstra as diferentes dimensões das mesmas, mas simultaneamente que ninguém escapou¹⁴.

A presença dos espanhóis no poder não era apenas atestada pelos alvarás régios que se cumpriam em Monção. Nesta vila aceitavam-se, ainda que em desacordo, todas as suas determinações e agia-se de forma a não desagradar. Em 1665, tomou-se conhecimento da morte de Filipe IV, tendo-se manifestado as “maiores amostrações de simtimento que tal caso requiere”. Faltava, no entanto, verba para estas realizações. Por isso, o Corregedor autorizou que fossem realizadas com o dinheiro das terças e sisas da vila¹⁵. Ainda no mesmo ano a Câmara saiu em peso para a praça, com Francisco Marinho Falcão, vereador, empunhando a bandeira, para aclamar o novo rei espanhol. O referido vereador dizendo “real, real viva el rei dom Carlos noso senhor rei de portugal e toda a mais gente do pobo que prezemte estava o clamarão

⁹ Para esta temática consulte-se Lindeman, Mary, *Medicina e sociedade no início da Europa Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002, p. 28.

¹⁰ Arquivo Municipal de Monção (doravante AMM), *Livro da Camara desta vila de Monção que ha de servir desde o primeiro deste presente ano de 1660 por diante*, fl. 4.

¹¹ AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fl. 21v.

¹² O salário do escrivão municipal estava em atraso em 1662, por não “aber rendas donde o tirar antes”, tendo o governo do Município acordado que o novo procurador lhe desse dois mil réis “em comecando [sic] a cobrar as rendas”. AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fl. 78.

¹³ AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fl. 113.

¹⁴ AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fls. 113-113v.

¹⁵ AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fls. 120-120v.

com altas boses por Rei e senhor com grande alegria e logo forão ao castelo da dita villa llugar publicuo” para fazer o mesmo pregão¹⁶. Apesar do contexto, o povo e as instituições cumpriam rituais, disfarçando o desacordo e esperando a resolução do conflito.

Apesar da guerra, a ligação à Galiza era e sempre foi muito grande. Afinal, os vizinhos mais próximos a Norte são os galegos, permanentemente avistados e com quem quotidianamente se mantinha relações.

Sempre houve barcos que ligavam Monção a Salvaterra e a vila galega à portuguesa. Estas ligações facilitavam os contactos entre os dois reinos, aproximavam pessoas e mercadorias.

A MISERICÓRDIA E A GUERRA

A história da Santa Casa de Monção está profundamente marcada pela guerra da Restauração. As consequências deste conflito foram tão marcantes para esta instituição, que determinaram alterações profundas no seu percurso. As marcas deixadas encontram-se a vários níveis, desde logo no seu arquivo, peça fundamental para levantar a sua história. O seu acervo documental foi fortemente danificado aquando da guerra, facto que levou a preocupações acrescidas pelos irmãos com este setor. Como os membros da confraria mencionaram, a instituição ficou arruinada, devido aos tiros de canhões dos espanhóis, que queimaram e destruíram livros de registo¹⁷.

Depois da guerra, alteraram-se procedimentos e o arquivo foi encarado de forma diferente. Os confrades entenderam a necessidade de cuidar da sua memória e preservaram com maior esmero o cartório, pois perceberam a relevância deste património.

Com a destruição causada no cartório, após a assinatura do tratado de paz em 1668, a irmandade refez alguns dos seus livros, através de papéis que se mantiveram, e deu início a novas séries, muito particularmente no setor das cobranças. O ano de 1670 constitui uma marca importante para a confraria. Dois anos após a assinatura do tratado de paz com Espanha e já com a certeza do afastamento dos espanhóis, os irmãos tomaram medidas fundamentais para relançar a vida da irmandade: a organização do arquivo e mais tarde a construção de uma nova Casa. Decidiram renascer das cinzas e enfrentar as dificuldades de alentar uma instituição profundamente ferida e que se encontrava em ruínas, mas que os irmãos acreditavam poder relançar.

Sem memória da sua construção e começando por ordenar o setor dos seus membros, os confrades decidiram fazer um livro novo para os irmãos. Confessaram existir alguns registos, mas devido à “discompustura delles por asi os avereis deixado os castelhanos na perdida desta villa e com a restauração della”¹⁸, resolveram iniciar um livro com registos ordenados e rigorosos. Era fundamental conhecer-se quantos eram e quem eram os homens da Casa.

Na vila, outras instituições foram igualmente massacradas com a guerra e viram também o seu património arquivístico danificado. A Câmara foi fortemente penalizada e assistiu à destruição de parte da sua documentação. Para minimizar estes efeitos, o que restou foi levado para locais considerados mais seguros. No final da guerra, a Edilidade constatou a deslocação dos seus livros de registo para outros Municípios e tentou resgatá-los¹⁹.

¹⁶ AMM, *Livro da Camara desta vila de Monção...*, fls. 122-122v.

¹⁷ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM) *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericórdia de Monção 1788*, fl. 13v. Atualmente, o arquivo da Santa Casa encontra-se no Arquivo Municipal de Monção. O mesmo aconteceu na Misericórdia de Chaves, onde por causa desta guerra desapareceu parte do seu arquivo. Leia-se Viçoso, Maria Isabel, *História da Misericórdia de Chaves. 500 anos de vida, Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves*, 2007, p. 55.

¹⁸ ASCMM, *Livro que serve dos Assentos dos irmãos desta Santa Casa da Miziricordia desta villa de Monção 1670-1903*, nº 42, fl. 5v.

¹⁹ Ao saber que parte do seu arquivo se encontrava nos Municípios de Trancoso e de Lamego, a Câmara de Monção procurou em 1673 que os livros regressassem à vila. Veja-se Gomes, José Garção, “Para a pequena história de Monção”, in *Arquivos do Alto Minho*, nºs 27/29, 1982, p. 103.

Porém, a guerra da Restauração afetou a confraria em todas as suas vertentes, sendo o efeito do conflito particularmente sentido no seu património urbano. Na destruição causada pelos espanhóis, a Santa Casa foi também arrastada. A sua igreja sofreu danos tão grandes que os consertos realizados não satisfizeram os confrades, levando-os a nova construção, logo que se tornou possível. Para além da destruição provocada na Santa Casa, os espanhóis utilizaram pedra da sua igreja na nova fortificação que edificaram.

A ruína causada pelo conflito, a miséria em que estava a população, as vexações que sofria e o desgaste em que se encontrava²⁰, refletiram-se nos documentos produzidos pelos procuradores às Cortes de 1644 e de 1653. Nesta última data, atesta-se a pobreza em que se encontrava a Santa Casa, incapaz de ajudar os soldados presos, provenientes de Salvaterra, Lapela e da própria vila de Monção²¹. De facto, a guerra fez aumentar a pobreza na vila e os pedidos de esmolas junto da Misericórdia local.

Nos primeiros anos após a assinatura do tratado de paz em 1668, a terra entrou em obras e todas as estruturas afetadas estiveram no alvo das instituições e das populações para reparar e reerguer alguns dos edifícios mais afetados, como aconteceu com a Matriz. Na Misericórdia resolveu-se consertar não apenas as alfaias que tinham sido danificadas pela guerra, mas também o restante património. Mandaram-se restaurar bandeiras, fazer consertos no quintal, nomeadamente numa parede que estava derrubada e na igreja, sacristia e consistório realizaram-se obras de vulto. No templo foram consertadas as portas, as janelas, a porta principal de entrada e mandaram-se fazer bancos. A igreja foi toda lajeada, bem como o pátio de entrada. Foi também pintado o arco da porta principal. Encomendaram-se dois retábulos para os altares colaterais e o retábulo do altar-mor foi reparado pelo imaginário Francisco Lopes, de Caminha. Nas janelas colocaram-se cortinas vermelhas e os altares colaterais foram revestidos de damasco. Adquiriram-se ainda amitos, frontais, toalhas para as mãos e uma toalha para o altar-mor e, na capela-mor, pintaram-se os caixotões. Todo o soalho foi também melhorado. O consistório foi caído e mandaram-se fazer e pintar móveis para guardar roupas.

Também os símbolos da instituição foram cuidados, para que quando usados não desmerecessem a confraria e apresentassem uma Casa edificante e prestigiada.

A fase pior tinha passado e embora fosse preciso restaurar, a confraria tinha retomado o rumo e regressado à normalidade. Esta expressava-se não somente nas obras de restauro, mas também na entrega de esmolas regulares aos pobres.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CASA

À semelhança do verificado em Valadares, os irmãos de Monção não se conformavam com o desgaste provocado pelos espanhóis e logo que puderam, lançaram mãos à construção de um novo projeto que incluía uma igreja, a sacristia e o consistório. Essa decisão foi tomada em 1690, quando resolveram construir um novo templo noutra local, mais alargado e considerado mais moderno. Os irmãos do cento²² resolveram “que porquanto esta Santa Casa estava para se vir ao chão, se havia de fazer de novo e não ter sítio bastante para se alargar e fazer-se uma Casa de Consistório capaz”. Na ocasião foi também decidido que a mesma se “mudase [para] fora no terreiro, no sítio mais capas [...] porquanto a despeza que se havia de fazer nesta era melhor fazer-se em melhor sítio e por haver efeitos com que se fazer a dita obra e se não desta fazerem as rendas”²³.

A destruição do património foi apenas uma das várias consequências sofridas pelas Misericórdias por efeito das guerras. Na Santa Casa de Monção, o derrube da parte mais significativa dos seus imóveis da vila implicou uma profunda alteração no dia-a-dia da confraria e arrastou a edificação de um novo pro-

²⁰ Veja-se o recente trabalho de Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. I, Coimbra, Palimage Editores, 2015, pp. 323-466.

²¹ Castro, Francisco Cyrne de, “As fronteiras do Minho em Cortes”, in *Caminiana*, nº 4, 1981, pp. 68-73.

²² Os cem irmãos que compunham a confraria.

²³ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Monção 1788*, fl. 16v.

jeto, ou seja, o encerramento de uma parte da sua história e o começo de um novo capítulo. Vicissitudes experimentadas pelas gentes e instituições, que no palco de guerra sentiram os embates dos exércitos nacionais e estrangeiros²⁴.

O envolvimento dos irmãos no conflito, a presença de militares nas suas fileiras de irmãos, a cura de soldados nos seus hospitais e o enterro dos militares fizeram parte do quotidiano de guerra de muitas destas instituições²⁵.

A Misericórdia de Monção deixava o velho local medieval em que estava localizada e sediava-se num espaço mais amplo, onde então pulsava a vida da terra. Os confrades podiam ter optado por reconstruir a Santa Casa no local em que se encontrava, mas desejavam aumentá-la e sentiam-se encorajados pelo desafogo financeiro que conheciam, fruto da chegada de legados²⁶.

Os irmãos pretendiam ampliar, modificar e modernizar a sua antiga sede, fazendo-o através da construção de um novo complexo arquitetónico. Na tomada desta decisão parece-nos ter sido determinante o sentimento de mudança que possibilitava apagar as marcas da guerra e começar num local, mais adequado uma instituição que se desejava grandiosa e com novo lustro. A Santa Casa investiu no património imobiliário urbano, visando o reforço da sua afirmação num contexto local mais moderno, apresentando uma nova imagem de poder²⁷.

Para a edificação do novo complexo foi preciso desenvolver estratégias para alcançar o melhor terreno e contar com várias ajudas, até do rei, que reconheceu os estragos causados na Misericórdia pelos inimigos²⁸.

No outro lado da fronteira, procedeu-se também à preparação da guerra, incorporando “pequenos nobres e fidalgos” que se converteram em “capitães” de destacamentos militares²⁹. Mesmo assim, a destruição e os caminhos seguidos foram semelhantes aos portugueses. Em Tui, as religiosas do mosteiro das clarissas tiveram de edificar outra igreja, porque os estragos do exército português tinham sido grandes. As religiosas temiam pela ruína do mosteiro, por estar com “muchas piedras caídas e outras deshechas”. Nos ataques de 1651, os portugueses dispararam “durante cuatro días y noches com más de 700 balas de artillería, de las cuales más de cien habían dado en el mismo monasterio, com ho que se havia aumentado el daño de las ruinas y deribo de um pedazo del claustro [...] aruinando la casa del horno”³⁰. O mosteiro foi reparado e a obra da nova igreja iniciou-se em 1681.

A situação experimentada pela Santa Casa de Monção não foi exclusiva. Todas as suas congéneres do Alto Minho sofreram bem de perto os efeitos da guerra, assistindo ao envolvimento do seu património no conflito bélico e à sua destruição³¹. Todavia, por circunstâncias particulares apenas Monção e Valadares construíram novas Casas.

²⁴ Confira-se Bebiano Rui, *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000, p. 112.

²⁵ Veja-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, “Introdução”, in Paiva José Pedro, (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2007, p. 7.

²⁶ Sobre a construção da “nova Misericórdia” leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVII-XVIII)”, in Capela, José Viriato (dir.), *Memórias Paroquiais de Monção*, Braga, Casa Museu de Monção e Câmara Municipal de Monção, 2003, pp. 141-142.

²⁷ Sobre a importância da imagem e a forma como o património edificado cumpria estes objetivos consulte-se o trabalho de Magalhães, Vera, *O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: Assistência, Poder e Imagem*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2011, pp. 174-199.

²⁸ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades...*, fl. 16.

²⁹ Consulte-se Villares Paz, Ramón, “As duas margens do Minho: fronteiras políticas e muros simbólicos”, in Capela, José Viriato (coord.), *Monção entre muralhas, com tantas portas quantos os sentidos*, Braga, Casa Museu de Monção, 2014, p. 48.

³⁰ Iglesias Almeida, Ernesto, *El monasterio de las Hermanas Clarisas de Tui. Un capítulo de la Historia de la Ciudad*, Tui, Gráficas Juvia, 2002, p. 29.

³¹ Leia-se Capela, José Viriato, “Monção, terra reduzida a castelã ao tempo das guerras da Restauração”, in Capela, José Viriato (coord.), *Monção entre muralhas, com tantas portas quantos os sentidos...*, pp. 228-236.

Em Monção, a construção do projeto iniciou-se em 1691, mas prolongou-se por alguns anos e mesmo depois de o inaugurarem as obras mantiveram-se, demonstrando que a igreja reunia algumas condições, mas não estava acabada. Nesta data abriram-se os alicerces da igreja, mas esta só terminou em 1708, momento em que se acabou de fazer o terreiro, em frente ao templo, e o muro lateral. Tão grande empreendimento fez com que o estaleiro de obras se mantivesse ativo ao longo de mais 15 anos e fosse executado de forma faseada, aliás, como foram os pagamentos. Tornava-se mais suave para a instituição não desembolsar todo o dinheiro de uma só vez, ao mesmo tempo que se ia certificando do cumprimento dos contratos estabelecidos com os mestres da obra.

A igreja foi a primeira a ser edificada, sendo entregue o projeto ao mestre pedreiro Gonçalo Domingues³². Estava levantada em 1697, altura em que começaram a ser colocadas as portas. Era necessário resguardar o espaço e criar condições para que o mesmo não fosse visitado por intrusos e as restantes obras prosseguissem com tranquilidade. Nessa data, o chão estava por lajear, a abóbada por revestir, o teto por cobrir, os retábulos, o coro e o púlpito por fazer, as janelas por revestir e os vidros por colocar.

O teto só foi colocado em 1701, data em que se puseram também as janelas e os vidros e se assentaram alguns retábulos e um sino. O grande retábulo do altar-mor foi concebido pelo imaginário Manuel de Almeida, escultor barcelense, mas quando chegou para ser colocado em 1702 não cabia no local para que tinha sido projetado. Foi necessário chamar um pedreiro para “mudar o Altar e cortar o friso”, para que o retábulo se instalasse³³. Em 1706, o imaginário Manuel de Almeida fez os “caixões” e “ha peramidas dos altares colateraes” e Manuel Borges pintou as portas, dourou a Senhora do Resplendor e os “caixões”³⁴.

Construiu-se depois a sacristia, começada em 1699 e o púlpito no ano seguinte. Estes dois espaços eram peças importantes para a igreja. Enquanto se fazia a sacristia foram colocadas as lajes de pedra na igreja, trabalho que esteve a cargo do pedreiro António do Vale. Ou seja, a sacristia fez-se quando se estava a pôr o forro, os altares colaterais, a construir o púlpito e o coro e a envidraçar as janelas.

Depois de a igreja estar quase pronta, assim como a sacristia, começou-se o consistório, em 1700, com madeira velha que veio da outra igreja da confraria³⁵. Enquanto na igreja e sacristia os materiais aplicados foram novos, no consistório usou-se o que se tinha. Se por um lado, se presenciavam preferências e hierarquias dentro dos espaços religiosos, por outro percebe-se também que o estado da Casa não era tão mau como os confrades pareciam fazer acreditar. Pelo menos a madeira reunia condições para ser usada numa obra nova.

Os confrades acordaram em 1712 forrar o corpo e o coro da igreja, “na forma da planta que foi o imaginário Manuel de Almeida com as condisois e declaraçois que se hão de declarar”³⁶. A planta era então de Manuel de Almeida e só agora era possível dotar a igreja de forro, chamando-se para o efeito o mestre da planta, obra que ficou concluída em 1715.

As obras levadas a cabo pelas Misericórdias, grandes ou pequenas, eram as possíveis no momento e contavam com várias ajudas. Foi sempre assim quer nas mais ricas, quer nas mais modestas. Porém, todas elas se esmeravam para apresentar obras e bens que engrandecessem a sua representação simbólica em termos locais. Deram trabalho a muitos artistas locais, regionais e até estrangeiros, transformaram-se em grandes encomendadoras de arte e ganharam força nas respetivas terras enquanto promotoras de grandes estaleiros de obras³⁷.

³² Para além dos pagamentos que recebeu em numerário, foi-lhe também entregue milho “por conta da obra que fez”. ASCMM, *Livro de receita e despeza 1679-1710*, nº 19, fl. 234. O pagamento em géneros e em numerário foi frequente aos mestres-de-obras durante a Idade Moderna.

³³ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1679-1710*, nº 19, fl. 279.

³⁴ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1679-1710*, nº 19, fl. 283v. Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.

³⁵ ASCMM, *Livro de receita e despeza 1679-1710*, nº 19, fl. 270v.

³⁶ A obra foi ajustada em 450 mil réis. ASCMM, *Livro que ha de servir para os acordãos e enleiçãoens desta Santa Cazza 1710-1774*, nº 11, fl. 6.

³⁷ Sobre o património das Misericórdias veja-se Moreira Rafael, “As Misericórdias: um património artístico da

A decisão de erigir um espaço novo esteve envolta em vários motivos, desde logo a criação de um palco de atuação mais moderno. A “Misericórdia velha” estava situada no espaço medieval, ou seja, dentro da malha urbana em que se encontrava o centro da vila. Também em local de mais fácil acesso da artilharia castelhana, porque estava localizada muito mais perto do rio do que a “Misericórdia nova”. Todavia, há ainda que considerar a remodelação a que a vila esteve sujeita depois da guerra. Era necessário restaurar, reconstruir, alargar e modificar. A edificação da nova Casa deve ser analisada também segundo esta perspectiva. Os irmãos da confraria não desejaram ser suplantados em termos urbanos e levaram avante a sua vontade de edificar um novo complexo. O pretexto foi a necessidade de grandes obras no edifício antigo, porque se encontrava em muito mau estado devido à guerra, mas o certo é que a escolha do lugar para o novo complexo comprova o desejo de acompanhar as mudanças que se estavam a operar na vila.

Apesar de o conflito ter acabado em 1668, com a assinatura do tratado de paz entre as partes beligerantes, foi preciso esperar 12 anos para que se reunissem finanças para executar tão grande empreendimento. A normalidade ia-se instalando aos poucos.

Para guarnecer a praça foi necessário mobilizar muita gente de fora da terra. De todo o país chegaram militares a Monção. Alistaram-se na Santa Casa e muitos ocuparam os lugares mais importantes da instituição. Todavia, assinado o contrato de paz, a praça deixou de possuir tão forte guarnição e progressivamente foi-se desfazendo do numeroso contingente militar que a guardava, embora se mantivesse guarnecida de soldados. Não consta, por isso, novidade que a sua presença na confraria se verifique a vários níveis. Para além de irmãos, foram ajudados na morte e na doença³⁸, eram seus foreiros de terras e casas, trabalhavam como assalariados e participaram nas suas festas, nos enterros, ou seja, na vida da confraria.

Sujeita ao contexto de guerra, a Misericórdia assistiu à chegada e à partida de militares. Foram vários os confrades militares que regressaram, enquanto outros partiram, abandonando também a confraria. Por outro lado, houve irmãos que se ausentaram para a Galiza, demonstrando que o movimento de povos nas margens da fronteira era grande e, por vezes, contínuo.

O ritmo de entrada dos militares na Santa Casa está associado aos conflitos bélicos e denuncia a maior ou menor necessidade de soldados em termos locais.

A confusão, a desordem, a falta de conhecimento exato das receitas e das despesas, o desaparecimento parcial do arquivo e a instabilidade física e psicológica provocada pela guerra, tiveram efeitos muito negativos em todos os setores da instituição.

O estado em que muitas propriedades ficaram com a guerra obrigou a confraria a fazer novas avaliações. Face à imprecisão dos limites de algumas propriedades foi necessário voltar a medir para, em conformidade, estabelecer a renda. Mas estas chegavam muito atrasadas, por incapacidade financeira dos rendeiros a poderem pagar.

Também do outro lado da fronteira se faziam as mesmas queixas. Numa carta enviada pelas religiosas do mosteiro das Clarissas de Tui ao monarca espanhol, em 1644, dava-se conta da ruína patrimonial sentida com as investidas do exército português e do estado em que ficaram algumas das suas propriedades. Para além disso, as casas que se encontravam parcialmente danificadas foram derrubadas para edificar as muralhas da cidade galega³⁹.

Um outro setor onde se refletiram os efeitos da guerra foi o da morte. Esta realidade integrava o dia-a-dia das populações, e se através do arquivo da Misericórdia é possível conhecê-la, a análise dos livros de registo de defuntos das paróquias demonstra o fenómeno de forma mais alargada. Morte, pobreza, destruição e abandono de casas e de outros bens fizeram parte do quotidiano das populações quer no meio urbano, quer no rural. O movimento de soldados acompanhados à sepultura pela Santa Casa durante

humanidade”, in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de geração em geração*. Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, pp. 135-164.

³⁸ Todavia, na vila existia um hospital militar desde 1646. Consulte-se Borges, Augusto Moutinho, *Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2009, p. 91.

³⁹ Iglesias Almeida, Ernesto, *El monasterio de las Hermanas Clarisas de Tui. Un importante capítulo de la Historia de la Ciudad...*, p. 28.

a guerra da Restauração foi grande e em alguns períodos sobrepôs-se ao dos restantes defuntos, como se verificou em 1644 e 1658. Já em 1643, o número de enterros na confraria era intenso, levando a instituição a sair mais do que uma vez ao dia para proceder a sepultamentos.

Desconhecemos se a confraria efetuou qualquer contrato com o Exército para assistir os militares na hora da morte. Considerado o envolvimento da instituição não descartamos essa hipótese, mas não possuímos informação que a confirme. Durante os primeiros anos de guerra, os militares foram enterrados gratuitamente, pagando apenas os que tinham posses para o fazer. Muito poucos, claro. A situação económica dos soldados era muito precária. Estes eram recrutados entre os grupos sociais com menores recursos⁴⁰.

Apenas alguns pagaram cerca de metade do acompanhamento, sugerindo-se existir um preço para os militares. Esta alteração registou-se a partir de 1658, data em que os enterros de militares voltaram a subir, devido ao cerco da vila. Nessa altura, o escrivão abriu uma secção no livro dos enterros para assentar os “enterros do tempo do sítio”⁴¹.

Nos momentos em que o número de militares sepultados no mesmo dia aumentava, a confraria registava apenas o número, não referindo de quem se tratava⁴². Esta forma de atuação foi absolutamente inédita e materializa os afazeres da guerra, bem como o desconhecimento da identidade de alguns defuntos. Todos foram mobilizados para a linha de defesa. Muitos irmãos da Santa Casa participaram ativamente na luta contra os invasores, abandonando temporariamente o serviço da confraria. Por isso, os registos eram sintéticos e feitos, muitas vezes, depois da ocorrência.

Depois de terem tomado Lapela, os castelhanos marcharam sobre Monção em 1658, onde chegaram a sete de outubro, como já referimos. Nessa altura, Monção estava rodeada de “hum muro antigo de cantaria mal franqueado de alguns distantes cobelos: huma parte do breve recinto dos muros tinha barbacã, que guarnecia huma estacada, a outra cubria hum arrabalde sobre o rio, que estava fortificado com huma trincheira de terra e faxia [.]. Havia-se levantado huma terralha, a que chamão Forte de Santo Antonio, que cobria huma emminencia exterior, e pretendia defender a agua de huma fonte”⁴³.

Nesta fase, os castelhanos efetuaram uma campanha que visava conquistar as terras e as praças guarnecidas de muralhas⁴⁴. Para além do governador das armas do Minho ter sido derrotado perto de Paredes de Coura, as tropas espanholas cercaram Monção quase ao mesmo tempo em que no Alentejo o Exército levantou o cerco a Badajoz e retirou para Elvas⁴⁵. No Minho, os combates começaram logo no dia de chegada do invasor à vila, sendo muitas casas danificadas e muitos foram atingidos. Os ataques ora se realizavam por parte dos galegos, ora por parte dos portugueses, fazendo baixas de ambos os lados. Entretanto com o cerco, a vila foi-se esvaziando de munições e encontrava-se com necessidade urgente de reforço. As munições foram introduzidas por barcos, que saíram de Salvaterra, localidade que se encontrava tomada pelos portugueses. Perante a notícia, os galegos reforçaram o ataque, tendo a 25 de outubro de 1658 investido vigorosamente contra a vila fronteiriça. A ofensiva resultou em muitos mortos e feridos para os dois lados, enterrando-se os defuntos no dia seguinte ao combate.

⁴⁰ Confirma-se a propósito Cotés Cortés, Fernando, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 14.

⁴¹ Também em Ponte da Barca, a Misericórdia realizou em 1659 o maior número de enterros de militares. Leia-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, “A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)”, in *NW. Noroeste. Revista de História*, nº 1, 2005, p. 140.

⁴² A 20 de agosto de 1657 a confraria enterrou sete militares. ASCMM, *Livro que serve dos Assentos dos irmãos...*, nº 42, fl. 76v.

⁴³ Veja-se Menezes, Luiz de, *História de Portugal Restaurado*, tomo III, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751, p. 173.

⁴⁴ Confirma-se a propósito Capela, José Viriato, “Guerra da Restauração”, in José Viriato Eiras Capela (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, pp. 635.

⁴⁵ Sobre esta fase da guerra veja-se Monteiro, Nuno Gonçalo, “A guerra da Aclamação”, in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 277.

Apesar dos pequenos sucessos por parte dos portugueses que conseguiam aguentar o cerco, era preciso reforçar a defesa de Monção, porque “era maior o perigo, e o trabalho, porque os mortos e feridos erão muitos, as doenças grandes, e os mantimentos tão poucos que o Governador mandou coartar a reção”⁴⁶. Os tempos eram de aperto, fazendo tombar alguns dos seus mais importantes homens. A fuga ao serviço militar era também uma constante. O Exército era mal pago, dispunha de deficiente armamento e todos os que podiam não engrossavam as suas fileiras. Nas fronteiras era mesmo difícil fazer permanecer os oficiais, devido ao perigo eminente em que se encontravam⁴⁷.

As baixas feitas nos combates em janeiro foram em número tão acentuado que se fizeram sentir na guarnição dos postos mais importantes. Por outro lado, as muralhas cederam e instalou-se a fome e a doença. Sem mantimentos e munições e com novos ataques, Monção caiu em poder espanhol no começo de fevereiro, facto que arrastou a rendição de Salvaterra⁴⁸.

O ataque de 1658 ao Minho era consequência da investida portuguesa contra Badajoz e procurava impedir a deslocação de tropas do Norte para fortalecer o exército que lutava no Alentejo. O ataque movido pelos portugueses a Badajoz objetivava refrear as investidas castelhanas, criando uma linha de segurança para as nossas fronteiras, ao mesmo tempo que podia servir de alavanca para prosseguir em direção a Madrid⁴⁹.

As investidas espanholas contra os portugueses estiveram dependentes da conjuntura internacional. Após a assinatura do tratado dos Pirenéus em 1659, que selou a paz entre a Espanha e a França, a Espanha estava mais disponível para investir contra Portugal e a guerra entrou na fase decisiva.

A capitulação de Monção, em 1659, materializava as dificuldades por que passavam os portugueses. Com a queda desta vila, abria-se um corredor para invasão do exército espanhol, pondo em perigo outras terras do Norte de Portugal, sendo necessário juntar meios para reorganizar as forças defensivas⁵⁰. A situação era gravosa e exigia a colaboração de todos⁵¹.

O enterro dos mortos de guerra feito pela Misericórdia de Monção abarcou portugueses e espanhóis e mesmo os que tombaram em Salvaterra foram trazidos para Portugal na barca que fazia a travessia. Foi porém, durante este período que as baixas foram mais expressivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades de Monção, desde logo pela sua situação geográfica, condicionaram o seu pulsar diário com a região da Galiza, de quem está separada apenas pelo rio Minho. Desta proximidade, decorrem também os efeitos de uma guerra que se prolongou por mais de duas décadas. Toda a vila sentiu os seus efeitos, quer em termos pessoais, quer em termos patrimoniais. Instituições e pessoas particulares conviveram com a guerra e sentiram a incidência dos seus reflexos. Também a Misericórdia sofreu os efeitos deste conflito.

Se em Monção, a Santa Casa conheceu as suas consequências na delapidação do seu arquivo, na destruição do seu património, na dificuldade das cobranças das rendas, por causa do empobrecimento da população, na ajuda a curar e enterrar militares e no recrutamento do seu corpo de irmãos para o campo de batalha, outras congéneres foram também confrontadas a vários níveis. A Misericórdia do Porto viu-se obrigada a responder favoravelmente ao monarca, enviando muito dinheiro para financiar o conflito. O pe-

⁴⁶ Consulte-se Menezes, Luiz de, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo III..., pp. 183-184.

⁴⁷ Para esta temática consulte-se Costa, Fernando Dores, *A guerra da Restauração 1641-1668...*, p. 28.

⁴⁸ Menezes, Luiz de, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo III..., pp. 248-249, 254.

⁴⁹ Sobre esta estratégia veja-se o trabalho de Cortês Cortês, Fernando, “Mentalidades militares na Estremadura Espanhola em Meados do Século XVII”, in *Penélope*, nº 5, 1991, p. 53.

⁵⁰ O cabido de Braga disponibilizou meios para pagar a um terço. Veja-se Barreiros, José Baptista, *Subsídios para a História da Guerra da Restauração*, Braga, Ed. da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1955, p. 20

⁵¹ Martins, Vitorino, “As Finanças da Guerra da Restauração”, in *Revista Militar*, nº 12, 1940, pp. 806-825.

dido enviado por D. Luísa de Gusmão em 1658 visava precisamente a defesa da província do Entre Douro e Minho, a braços com a presença do exército castelhano⁵². Mas esta não foi a única Santa Casa a comprar padrões de juro à Coroa, outras também o fizeram.

Como instituições fortes que eram em termos locais, as Santas Casas sofreram de variadas formas as consequências deste conflito e a de Monção viveu-as com maior acuidade, pelas circunstâncias referidas.

⁵² Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 583-587.

